

Hora de pensar no aluno

Nos últimos 15 anos, incluindo portanto a chamada "década perdida", os professores do ensino público de São Paulo pararam 20 vezes, isto é, mais de dois anos letivos perdidos (407 dias de aula, sem contar a última parede) por duas gerações "educadas" na rede oficial de ensino. O motivo dessas 2 dezenas de greves é sempre o mesmo: salário. Móvel que contém grave componente: greve após

greve o motivo fica pior! Como já é conhecido e até reconhecido oficialmente, tomando-se a referência comparativa que for, a remuneração do educador público em 15 anos (para não ir ainda mais longe, sob o risco de resvalar em saudosismos inúteis) despencou espetacularmente. Se o governo de Paulo Maluf iniciou a debacle, os oito anos de governo (?) do PMDB fizeram a categoria conhecer o fundo do poço. Greve após greve, a situação foi sempre pior que a anterior. Tudo regado por um elemento perverso: ninguém aprendeu nada com as greves, apesar dos sinais de que todos estavam errando o tempo todo. Os governos insistiam em pagar cada vez menos e as lideranças sindicais usavam a mesma tática de sempre (de impressionante ineficiência) para tentar reverter a situação. A maioria sabe muito bem disso. Tal conhecimento já foi até quantificado academicamente; pesquisa do Cebrap, de setembro de 1993, mostrou que 64% dos educadores paulistas não acreditam na greve como "mecanismo de pressão" para repor perdas salariais. Os apressados que buscam encontrar escondidas razões políticas para as sucessivas paredes deveriam saber que a mesma pesquisa mostrou também que 91% dos professores não são filiados a nenhum partido e mais de 56% não manifestam disposição para seguir "qualquer palavra de ordem da esquerda". Se é assim, por que as greves se sucedem monotonamente? Mesmo que na atual estejam paralisadas apenas 10% das escolas, o fato de haver greve merece consideração. E não será com insinuações de que o número de professores é demasiado, podendo muitos ser demitidos,

que se encontrará a solução, para o problema.

Talvez um estudo sério da Fundação Carlos Chagas ajude a encontrar a resposta: em São Paulo, 47% dos professores consideram que a saída para seus problemas está na mudança de emprego. Ou seja, praticamente a metade dos professores já não são professores. Estão professores por falta de alternativa!

A greve, que prejudica 6 milhões de alunos, nasce des-

sa dupla falta de objetividade. O governo (mesmo o do PSDB) condiciona o salário do educador a uma complexa disposição orçamentária apresentada de forma tal que todos os tipos de conclusões são possíveis. O governo garante que gasta o que determina a Constituição (25% da receita do Estado, o que nos colocaria à frente de praticamente todos os países do mundo!), então há algo de errado na estrutura que impede um pagamento digno. A análise dos gastos, quando feita, deveria esclarecer o que entra nessa rubrica — e tudo indica que vai desde o salário do professor até a construção de uma escola. A fatia orçamentária destinadas às três universidades estaduais paulistas (um porcentual fixo) está incluída nesses 25% que a lei manda gastar com Educação? Essas questões deveriam ser esclarecidas para que se possa saber com certeza se há ou não possibilidade de pagar um salário razoável por mês aos professores. Com certeza o problema passa mais por uma definição bem clara do que é prioritário nos gastos públicos, ou seja, uma questão essencialmente política, do que por um ruidoso duelo de matemática financeira.

Se os professores sabem que fazem greves inúteis, se o governo sabe — como reconheceu o governador Mário Covas que a reivindicação "é procedente" —, algo maior está errado. Não teria chegado a hora de pensar na estrutura do ensino público, anacrônica e defasada para nossa época, que apenas começa no salário pago ao educador? Será que o governo e os professores estão ambos preparados para pensar nos milhões de alunos que estão sem aulas?

Se o governo gasta os 25% que a Constituição manda, é preciso repensar a educação em SP